



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Envelhecimento.

ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Solange Maria Teixeira¹

Resumo: O envelhecimento é um processo biopsicossocial, marcado por heterogeneidades e determinadas homogeneidades decorrentes de demarcadores socioeconômicos e socioculturais, como classe, gênero, raça-etnia que afetam o biológico, o psicológico e o cronológico, interagindo entre si e se codeterminando. Nos deteremos neste artigo no envelhecimento da classe trabalhadora e das frações de classes que viveram e vivem no mundo da superpopulação relativa, dos excedentes e excluídos das relações de trabalho formal, com destaque para a proteção social dirigida a esse segmento, como a política de assistência social, destacando seus avanços e recuos na atual conjuntura.

Palavras-chaves: Envelhecimento; Superpopulação relativa; política de Assistência Social.

Abstract: Aging is a biopsychosocial process, marked by heterogeneities and certain homogeneities arising from socioeconomic and socio-cultural landmarks, such as class, gender, race-ethnicity that affect the biological, psychological and chronological, interacting with each other and co-terminating. We will dwell here on the aging of the working class and the fractions of classes that have lived and live in the world of relative overpopulation, surplus and excluded from formal labor relations. With emphasis on social protection aimed at this segment, such as social assistance policy highlighting its advances and setbacks in the current environment.

Keywords: Aging; Relative overpopulation; social assistance policy.

1- INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar parte dos resultados de uma pesquisa em andamento sobre "Envelhecimento e proteção social da assistência social: análise dos serviços socioassistenciais para as pessoas idosas". Trata-se ainda da pesquisa bibliográfica que posteriormente se somará à documental e a de campo.

Apresenta uma perspectiva de análise baseada no método histórico-dialético, especialmente nas relações entre singularidade, particularidade e totalidade do fenômeno envelhecimento. Visa analisar o envelhecimento e a política de assistência social numa perspectiva de totalidade social, superando as aparências e, a partir de mediações e determinações, chegar a uma visão mais ampla do objeto, na sua essência.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Piauí, E-mail: solangemteixeira@hotmail.com.

1 ENVELHECIMENTO HUMANO: um processo diferencial e universal

O envelhecimento é um processo biopsicossocial, multidimensional, complexo e heterogêneo, embora também apresente elementos comuns, universalizante nos grupos de populações. Apesar da gerontologia partir dessa definição de envelhecimento enquanto processo biopsicossocial, poucas análises conseguem ultrapassar o universalismo abstrato e a-histórico, com predominância das análises biológicas e cronológicas ou demográficas. Mas, contrários a uma leitura demográfica do envelhecimento, meramente estatística ou biológica e cronológica, mas sem eliminá-las ou desconsiderá-las, e expressando as suas interrelações com os elementos socioeconômicos e socioculturais, destacamos os elementos diferenciadores e homogeneizantes no envelhecimento, ao levar em consideração e acentuar as condições de vida em que os homens e mulheres envelhecem, as explorações, as opressões e subalternizações. Esse tipo de análise parte e atribui centralidade às condições materiais de existência e à historicidade.

O envelhecimento humano é um processo complexo, multidimensional, heterogêneo, vivido de formas diferenciadas, porém, isso não equivale a dizer que o envelhecimento decorre apenas da história de vida pessoal, que seja tão singular que não exista nenhuma situação comum entre o envelhecer de cada um. É possível certas universalizações pelas condições de inserção das pessoas nas estruturas produtivas, sociais e culturais que geram condições semelhantes de vida e de envelhecer.

Como destacam Minayo e Coimbra (2002, p.14), “o envelhecimento não é um processo homogêneo, cada pessoa vivencia esta fase da vida de forma diferenciada, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia)”. Esses aspectos estruturais são o que permite certas homogeneizações, sem perder as diferenças, marcadas ainda segundo os autores, a “outros a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas” (p.14).

Nessa mesma direção se destacam os estudos de Motta (1999, p.191) ao ressaltar que “ser velho é uma situação vivida em parte homogeneamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade ou geração”.

Ainda conforme Duarte (1999), Schneider e Irigaray (2008), Aragó (1995), o envelhecimento ou velhice como etapa da vida humana envolve várias idades articuladas dialeticamente, complementares ou dissonantes: idade cronológica, idade biológica, idade psicológica e idade social.

Segundo os referidos autores, a cronologia é apenas uma forma padronizada de contagem de anos vividos, um indicador com uma função referencial, mas não é uma magnitude social, psicológica ou cultural, nem é a determinante no modo de envelhecer.

Como cita Duarte (1999), “[...] o valor atribuído à idade cronológica só representa um índice global e sintético indiferenciado: é aglutinante cômodo para designar um conjunto de fatores que atuam ao longo de um transcurso temporal” (COLL, 1979; WOHLWILL, 1983 apud DUARTE, 1999, p. 41).

Como destacam Schneider e Irigaray (2008), a idade cronológica é importante, pois “biologicamente os eventos ocorrem em um período de tempo, mas não por causa dele”. Ou seja, não são determinados pelo tempo, mas por outros fatores preponderantes, como as condições de vida e trabalho.

Para Teixeira (2018), a demografia, com base na idade cronológica e em dados absolutos, que expressam médias, camufla e oculta a variedade, a pluralidade dos modos de envelhecer e as desigualdades oriundas dessas diferenças.

Como destaca Aragó (1995, p. 290):

não se pode atribuir somente à idade qualquer tipo de deterioro e, menos ainda será legítimo homogeneizar todo o processo de envelhecimento, unificá-lo como um todo; todavia, menos sensato será reduzi-lo ou equipará-lo a uma parte do mesmo [...]

Assim, enquanto as análises biologicistas analisam aspectos relativos a alterações fisiológicas do organismo para caracterizar o envelhecimento, também buscam associá-las às mudanças no perfil populacional, somando-se à demografia e à cronologia.

A perspectiva cronológica/demográfica se assenta na idade cronológica para definir o que se considera uma pessoa velha (países desenvolvidos a partir de 65 anos e em países em desenvolvimento a partir de 60 anos), também de forma universalizante e generalizante.

O envelhecimento biológico, fisiológico e físico, por sua vez, é definido como um fato orgânico previsto em nosso código genético, que implica deterioração, declínio, redução de funções e limitações diversas nessa etapa da vida humana.

Para Duarte (1999, p. 43),

O envelhecimento (biológico) evoca, habitualmente, mudanças físicas desagradáveis: perda de força, diminuição da coordenação e do domínio do corpo, alteração da saúde [...]. Omite as diferenças individuais, as formas como essas mudanças se relacionam com fatores do ambiente e do meio social em geral.

Além de homogeneizantes e arbitrários, o envelhecimento biológico e o demográfico/cronológico, dissociados dos fatores psicológicos e os sociais – socioeconômicos e socioculturais – promovem visões negativas da velhice fora do contexto social, econômico, político e cultural, que incidem sobre as condições de vida, sobre as trajetórias de vida e sobre o ritmo do envelhecimento biológico, do aparecimento das doenças, da deterioração, entre outros fatores.

A tendência na produção do conhecimento sobre o envelhecimento que coloca ênfase no processo de decrepitude física ocasionada por fenômenos degenerativos naturais do organismo, em que os idosos aparecem como portadores de múltiplas doenças limitantes ou incapacitantes, se por um lado favoreceu a criação de uma consciência social de que a sociedade e o Estado deviam atuar para diminuir os impactos de tais transtornos e proteger esses sujeitos, por outro lado, ajudou a difundir estereótipos, visões depreciativa e negativas dessa fase da vida.

Essas tendências terminam por universalizar, generalizar o processo de envelhecimento, como se ele atingisse as pessoas da mesma forma, sem diferenças relevantes.

Entretanto, as pesquisas no âmbito da gerontologia vêm avançando ao definir o envelhecimento como um processo biopsicossocial. Mas, como destaca Beauvoir (1970, p.16), “não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre todos os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la”.

Em nossa compreensão, o método histórico-dialético é o único capaz de dar conta dessas interrelações e mediações. A análise dos multifatores ou determinações no processo do envelhecimento, de forma histórica e dialética, permite que as análises fujam dos singularismos e dos universalismos generalizantes, ao abordar como esses fatores se entrecruzam, se complementam e se articulam sob determinações da sociabilidade capitalista.

Assim, não se trata de individualizar o processo de envelhecimento em nome da diferença e heterogeneidade, em oposição ao universalismo das análises demográficas, cronológicas e biológicas, mas de resgatar as relações entre singularidade, particularidade e totalidade. Nas análises do envelhecimento humano, trata-se de abrir-se para a diversidade e as condições históricas que possibilitam algumas homogeneizações por frações de classes e grupos, condição de gênero, etnia-raça e outras.

Como destacam Minayo e Coimbra Júnior (2008, p.15) “no interior das diferenças, no entanto, os estudos antropológicos revelam aspectos estruturais

fundamentais, de tal forma que é possível transcender os particularismos culturais e encontrar traços comuns do fenômeno que poderiam ser considerados universais”, acrescentamos que se não para todos, pelo menos para os grupos de que fazem parte, pelo compartilhamento de situações de vida comuns.

Nas análises sociológicas marxistas, parte-se dos aspectos ontológicos, sejam naturais ou sociais, com leis gerais de funcionamento, porém dinâmicos e mutáveis, construídos pelos sujeitos coletivos de uma sociedade, logo, históricos, sem desconsiderar que são objetivos e estruturais, uma vez que o homem constrói a realidade, mas em circunstância dadas.

Como destaca Duarte (1999), o envelhecimento é um fenômeno universal que teve lugar em todas as épocas, culturas e civilizações. Mas, a longevidade, o desenvolvimento do que estava previsto geneticamente para a espécie humana, dependeu das condições sociais, políticas e econômicas. Ou seja, a longevidade em massa é um fenômeno contemporâneo, uma construção social da sociedade capitalista moderna.

Ainda como destacam Minayo e Coimbra Júnior (2008), o processo biológico, que é real e pode ser reconhecido por sinais externos do corpo, logo, ontológicos, previsto geneticamente para a espécie humana, é apropriado e elaborado simbolicamente por meio de rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social.

Nesse processo, o biológico é então recriado, ressignificado pelas práticas sociais coletivas, alterando seu percurso, sua incidência, sendo controlado, detido, ainda que temporariamente.

Como destacam os referidos autores, essa apropriação simbólica e as práticas não são iguais em todas as sociedades, nem dentro de uma mesma sociedade, em diferentes tempos históricos, porque comportam diferenciações entre classes, frações de classes e grupos, segmentações de gênero e raça-etnia, e outras diferenciações.

Como destaca Motta (1999, p.192), “cada conjunto desses (gênero, classe, raça-etnia) constituem-se, numa dimensão básica da vida social, mas nenhum deles, analisados isoladamente, dar conta da sua complexidade”, pois são constitutivos das relações sociais, “inclusive porque são aspectos coextensivos, isto é, recobrem-se parcialmente uma sobre as outras” (IDEM).

Segundo Kergoat (2010) e Cisne (2014), essas categorias não compõem apenas relações superpostas, adicionais ou intersecções. Elas são “consustanciadas” e “coextensivas” (KERGOAT, 2010), no sentido de que elas se reproduzem e se coproduzem mutuamente. Traduzem efeitos conjugados de várias

relações sociais de poder (de gênero, de classe e de raça-etnia). “Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias” (MOTTA, 1999, p.192), ou conforme Kergoat (2010, p.94), “se manifestam sob três formas canônicas: exploração, dominação e opressão”, não apenas em nível de intersubjetividade ou dos indivíduos, mas de relações sociais de produção.

Como ressalta Kergoat (2010, p.100) “é o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e constituindo-se de maneira recíproca” que melhor traduz a noção de consubstancialidade e coextensividade. “Elas integram e estruturam, assim, a totalidade do campo social” (p.100).

Mas, alerta a autora: “não se trata de fazer um *tour* de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um ‘nó’, no seio de uma individualidade ou de um grupo” (KERGOAT, 2010, p.100). Não se resolve pelos estudos interseccionais ou transdisciplinar, mas pelo uso de um método que permita reproduzir as mediações e determinações do real. Que se fundamenta na dinamicidade, provisoriedade e historicidade da realidade social; que permite apontar as contradições, os antagonismos, as desigualdades e as diferenças produzidas pelas relações sociais capitalistas.

Vale destacar, segundo Motta (1999, p.192), que “essas categorias expressam diferentes dinamismos segundo o tempo e o lugar”, pois têm a marca da historicidade, embora sejam estruturais, o que permite sua permanência. São também construções culturais, também passam por transformações movidas pelos sujeitos coletivos.

Assim, os atributos pessoais, as subjetividades, os modo de sentir nesta ou em outra fase da vida e as visões de mundo que caracterizam as individualidades são construídas socialmente, culturalmente e se diferenciam ou se aproximam de acordo com a cultura, o gênero, a raça-etnia, o transcorrer das gerações e das condições de vida e trabalho (diferenciadas por classes e frações de classe), sendo que as desigualdades dessas condições levam e reproduzem as desigualdades no envelhecimento.

Nessa perspectiva, o envelhecimento é atravessado por demarcadores geradores de diferenças e de desigualdades, entre eles os de classe social, de gênero/sexo, de etnia/raça e de idade/geração, que são capazes de promover homogeneização e diferenciação, que denominamos de fatores socioeconômicos e culturais, fundamentais para o entendimento do fenômeno, juntamente dos aspectos biológicos, psicológicos, cronológicos e outros.

Assim, o envelhecimento é um processo que é resultado da vida individual e social, profundamente marcado pelas desigualdades sociais, entre elas, as de classe e fração de classe. Ou seja, segundo Teixeira (2018), não é para todas as classes – e há diferenciação entre as frações de classes, além do fato de esse membro de classe *ser idoso ou não, mulher ou homem, negro ou branco, ter tido emprego formal ou não* durante a trajetória de vida, entre outros – que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento e de exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, do político, do artístico, entre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (grifos da autora).

Ainda nessa perspectiva, não é para todos que a velhice significa a melhor etapa da vida, etapa de lazer, prazer, hedonismo, de vida saudável, ativa. Visões geralmente, generalizante que negam as diferenças e desigualdades que atravessam o modo de envelhecer na sociedade capitalista.

O envelhecimento é um processo diferencial e universal, vivido de maneira variável e com traços comuns. A qualidade de vida na velhice, etapa da vida caracterizada pela predominância desses sinais do envelhecimento, depende de inúmeros fatores, entre eles a presença ou ausência de doenças e de agravos que geram necessidade de cuidados; a presença ou ausência da família e de vínculos fortes entre seus membros; o acesso aos bens e serviços criados por uma sociedade e, especialmente, o acesso às políticas públicas na condição de direitos.

2.1 As desigualdades de classe: o envelhecimento da classe trabalhadora que compõe a superpopulação relativa

Como destaca Beauvoir (1990, p. 17), “tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice [...]”. Como destaca a autora, a diferenciação das velhices individuais tem também outras causas, mas sem aquela determinação se deixa de considerar o essencial, pois “são duas categorias de velhos [...] que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretende referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar esse hiato” (p.17).

As classes comportam ainda frações de classes, formando grupos com variações. No caso da classe trabalhadora, a sociedade capitalista mobiliza e proletariza os diversos sujeitos e classes (campeinato, artesãos, pequenos burgueses e outros), mas a lei da acumulação e da concorrência entre capitalistas, com tendências de centralização e concentração de capitais, tende à busca de ampliação da produtividade pela ampliação do capital constante e redução do capital variável, no caso a composta pela classe trabalhadora, para reduzir os custos e

diminuir o tempo socialmente necessário de produção das mercadorias, visando ganhar a concorrência pelos mercados. Esse processo gera na classe trabalhadora um processo de exclusão, de enormes massas de excedentes que compõem a superpopulação relativa.

Marx (1982) diz que a superpopulação relativa existe sob formas variadas e que todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado, velho, doente ou com deficiências, entre outros. Assume três formas predominantes: flutuante, latente e estagnada

Segundo o autor, na forma flutuante os trabalhadores vivem as inconstâncias do ciclo capitalista com seus períodos de expansão, crises e recessões, “sendo ora repelidos, ora atraídos em quantidade maior, de modo que, no conjunto, aumenta a número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção” (p.743-44). A flutuante atinge os camponeses, também mobilizados pela ideologia da ascensão social capitalista e pela repulsão do campo. Como destaca Marx (1982, p.145): “Mas, seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente [...]”. A estagnada “constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular” (p.746). Compõe os trabalhadores informais que vivem de bicos, atividades de autoconsumo cada vez maior no capitalismo atual em fase de desemprego estrutural ou de longa duração. “Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência” (idem). Ainda segundo o autor, a superpopulação estagnada se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos.

Entretanto, segundo Marx (1982), ainda há uma parte de superpopulação relativa que compõe o pauperismo absoluto, o que vegeta no inferno da indigência, que se constitui pelos aptos para o trabalho, mas não incluídos; os órfãos e filhos de indigentes que vivem da caridade privada ou pública; os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar, por doenças, velhice, deficiências. Esses compõem o que Marx chama de asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores, o peso morto do exército industrial de reserva, o que Teixeira (2008) denomina dos invisíveis para o capital, que por algum motivo perderam o valor de troca e de uso nessa sociedade.

Assim, o fato de ser da classe trabalhadora, na condição de possuir apenas sua força de trabalho e nenhum meio de produção, é um critério diferenciador das condições de existência, se for inserida formalmente no mercado de trabalho de forma estável e protegido pelos direitos trabalhistas e sociais, estará sujeito ao trabalho alienado, aviltante e explorador, porém com mais estabilidade e condições de manter-

se e a sua família. No caso de constituir a superpopulação relativa, especialmente a estagnada e dos inválidos ao trabalho, o pauperismo será a marca da sua existência, seja o relativo ou o absoluto.

Como destacam Borges *et al.* (2019) os negros no Brasil desde a abolição da escravidão e formação do trabalho livre passaram a constituir um contingente de reserva, sem vaga de trabalho formal, obrigando-se a servir como força de trabalho barata e superexploração. Essa situação prorroga-se até os dias de hoje. Citando dados da PNAD contínua de 2017, destacam nesse ano que dos 13 milhões de brasileiros desocupados, 8,3 milhões eram pretos ou pardos (63,7%). Prova incontestável de que formam o exército de desempregados, mas também de subutilizados no mercado, inseridos em larga escala em atividades informais e no trabalho doméstico. Ainda conforme os dados da PNAD de 2017, das pessoas subutilizadas no Brasil, 17,6 milhões (65,8%) eram pretos ou pardos.

Ainda segundo as autoras, as mulheres negras são duplamente discriminadas: por gênero e raça; ocupam os postos mais precários no mercado de trabalho e recebem a metade do salário da trabalhadora branca.

As mulheres, apesar de terem melhores índices educacionais em relação aos homens, ainda recebem menores salários em mesma ocupação que eles, têm carga de trabalho superior, se somado o trabalho produtivo e o reprodutivo, e com ampla inserção em trabalhos temporários e flexíveis. As mulheres hoje envelhecidas sofreram ainda maior discriminação tanto no acesso à escolaridade quanto ao mercado de trabalho, por viverem um período de maior incidência do machismo e de traços culturais que as subalternizam e oprimem, sendo as cuidadoras em tempo integral da família. No caso das mulheres negras, no cuidado de sua família e de outras famílias como empregadas domésticas.

Envelhecer em qualquer dessas condições que compõem a superpopulação relativa (flutuante, latente, estagnada e no pauperismo absoluto), com marcas ainda da reprodução de outras desigualdades como de gênero e raça-etnia e geracional, agravará as condições de sua existência objetiva e subjetiva neste tipo de sociedade. Essas diferenças se reproduzirão na fase do envelhecimento.

Assim é que Teixeira (2008) diz que o envelhecimento como problema social, expressão da questão social, por atingir coletivos e ser decorrente dessas estruturas geradoras de desigualdades e exclusão social, não ocorre apenas pelo crescimento do número de idosos, mas pelo modo como envelhece a classe trabalhadora. Não é para todas as classes que o envelhecimento é sinônimo de pobreza, abandono, isolamento, solidão, doenças incapacitantes que poderiam ser controladas, baixa escolaridade e

renda. Essas problemáticas atingem a classe trabalhadora, especialmente, os que historicamente compuseram a superpopulação relativa.

Por muito tempo essas pessoas pobres recebiam proteção das organizações religiosas e filantrópicas. As lutas sociais da classe trabalhadora trouxeram essa problemática para a cena pública e pressionaram não apenas pelo direito a leis trabalhista protetivas, mas pela atenção pública e formas de enfrentamento dessas mazelas sociais geradas ou ampliadas pela sociedade capitalista, com os recursos do fundo público gerido pelo Estado.

Em muitos países desenvolveu-se um sistema de proteção social inclusivo, gerido pela lógica de justiça social e da equidade com políticas sociais, como da assistência social para os que não conseguiram contribuir para a política de previdência social.

3 A PROTEÇÃO SOCIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No Brasil, a seguridade social, a partir da Constituição Federal de 1988, é composta pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, fundadas nos princípios da justiça social e da equidade, logo, no direito à proteção social. Sendo a política de saúde normativamente universal, a política de previdência social pode ser contributiva ou semicontributiva, no caso dos trabalhadores rurais, ou de assistências sociais para quem dela precisar, ou seja, para os em situação de vulnerabilidade ou em situação de risco social, entre elas as de pobreza, de vulnerabilidades da idade, gênero e raça-etnia, de deficiências, entre outras.

Vale ressaltar os avanços constitucionais e normativos da assistência social brasileira, entre eles o benefício de prestação continuada – BPC para idosos e pessoas com deficiências incapacitantes para o trabalho e com família de baixa renda com acesso à renda no valor de um salário mínimo, em vigor desde 1996. Essa transferência de renda proporciona a ampliação da expectativa de vida entre os mais pobres associada ao acesso, via sistema único de saúde, às tecnologias da saúde, vacinas, remédios, órteses e próteses, entre outros. Também o acesso a outras políticas públicas, como de saneamento, água canalizada e tratada. Saúde, pobreza e acesso a renda têm relações diretas com as taxas de longevidade. Quanto maior a pobreza, a falta de renda, a baixa escolaridade, menor a saúde e a expectativa vida. O inverso responde pela melhoria dessas taxas.

Na previdência social, a aposentadoria por idade e a aposentadoria rural possibilitaram acesso à renda mínima para muitos idosos com baixa capacidade contributiva pelas suas condições de trabalho e de vida, sendo um dos determinantes

na ampliação da expectativa de vida e, principalmente, da sobrevivência após aposentadoria.

A assistência social historicamente ofertou proteção social à chamada superpopulação relativa de forma pontual, esporádica e assistencialista. As mudanças começam com a CF/88 e posteriormente com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004 e a NPB/SUAS, 2015 e 2012. Os idosos, que compõem essas populações marcadas pelo pauperismo, seja os independentes ou em situação de dependência, são atendidos pela assistência social, na proteção social básica no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos -SCFV e no serviço em domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Na proteção social especial de média complexidade, estão previstos os serviços do PAEFI, que atendem situações de violação de direitos, incluindo o dos idosos, e o serviço especializado em domicílio, para pessoas com deficiência e idosos. Na de alta complexidade, estão previstas Repúblicas, Centro-Dia e Instituições de Longa Permanência.

Todavia, em 10 anos de implementação de SUAS, muitos desses serviços ainda não são implementados na maioria dos municípios brasileiros. Apesar das projeções para melhoria das metas, a partir de 2016 com o governo Temer e atualmente no governo de Bolsonaro, a política de austeridade fiscal tem atingido duramente a assistência social, ameaçando as conquistas, ainda que parciais e com problemas, e com um cenário de restrição do atendimento dos mais vulneráveis.

CONCLUSÃO

O envelhecimento humano é marcado por heterogeneidades, entre elas as de classe, que também geram certas homogeneidades pela vivência de condições de vida e trabalho semelhantes, se não para a classe inteira, para frações dessa classe. Dá-se destaque para os que historicamente compuseram a superpopulação relativa (flutuante, latente ou estagnada) e que na velhice vivem a situação do pauperismo, vidas sem valor para o capital e inaptos para o trabalho, pelo acometimento de doenças adquiridas pelas condições de trabalho precário, pela perda de força, resistência, e por não terem valor para o capital.

As políticas sociais que possibilitaram o aumento da expectativa de vida e sobrevivência dos mais velhos vivem um momento estrutural e conjuntural de desmonte, de redução e cortes de recursos orçamentários, precarização e privatização. Os ataques ao BPC, aposentadoria rural e por idade no atual governo são a prova incontestável desse desmantelamento das conquistas de direitos e da responsabilidade

pública de garanti-los. Ampliará o pauperismo no segmento e desampará muitos trabalhadores nessa etapa do seu ciclo de vida e com repercussão em outras etapas.

REFERÊNCIAS

ARAGÓ, J. M. Aspectos psicosociales de la senectud. In: CARRETERO, Mario; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.). **Psicologia Evolutiva 3**: adolescência, madurez y senectud. Madri: Alianza Editorial, 1995.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BORGES, J. L. de J. *et al.* Trabalho, envelhecimento e (des)proteção social: a existência do/a trabalhador/a negro/a no Brasil. In: TEIXEIRA, S.M.; CAMPELO e PAIVA, S. de O.; SOARES, N. (Orgs.). **Envelhecimento e políticas sociais em contextos de crises e contrarreformas**. Curitiba: CRV, 2019.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça” / etnia e classe: uma análise feminista materialista. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n.28, p.133 a 149, jul./dez. 2014.

DUARTE, L. R. S. Idade cronológica: uma mera questão referencial no processo do envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v.2, p.35-47, 1999.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

MARX, K. **O Capital** - crítica de economia política. Livro 1, vol.2. 8 ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

MOTTA, A. B. da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p.191-221, 1999.
Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51317>.
Acesso em: 27 mai. 2016.

MINAYO, M. C. de S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (Orgs.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 25(4), p.585-593, 2008.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento no tempo do capital**: implicações para a proteção social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O envelhecimento e as reformas no sistema de seguridade social no Brasil contemporâneo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.126-137, 2018.